

Ex-governante defende reabertura do debate sobre regionalização

[S sabado.pt/portugal/detalhe/ex-governante-defende-reabertura-do-debate-sobre-regionalizacao](https://sabado.pt/portugal/detalhe/ex-governante-defende-reabertura-do-debate-sobre-regionalizacao)



O ex-secretário de Estado José Reis considera indispensável "reabrir, com urgência, o dossiê da regionalização administrativa" de Portugal.

"Parece-me mesmo tratar-se do impulso político que se exige para contrariar as tendências perigosas de estreitamento, deslaçamento e concentração 'unipolar' e para requalificar o país através da sua recapacitação territorial", opina o economista no mais recente livro da sua autoria, intitulado "Cuidar de Portugal: hipóteses de economia política em tempos convulsos" (Almedina).

Antigo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), cargo que exerceu imediatamente antes de ser secretário de Estado do Ensino Superior (segundo

Governo de António Guterres), José Reis sugere que haja regionalização para "relacionar o Estado com os territórios e os territórios com o Estado".

O economista e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra é apologista da reforma do Estado e da reconstituição do território.

Para a regionalização por ele preconizada é "a condição urbana e produtiva que pode e deve assegurar uma base material sólida a cada região, com complementaridades internas".

Ex-director da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), Reis alude a outras duas opções de regionalizar, uma para executar políticas públicas e outra que consiste em criar regiões administrativas para "expressar solidariedades e discriminar positivamente".

O ex-governante rotula de equívoco "a ideia de que a eleição dos presidentes das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR's) por parte de autarcas é um passo para a regionalização".

"Uma eleição deste tipo (...) é uma forma inglória de tornar estas entidades reféns de autarcas", opina o autor de "Cuidar de Portugal: hipóteses de economia política em tempos convulsos", em cujo ponto de vista consiste em "absurdo constitucional que quem exerce regionalmente funções do Governo seja designado por terceiros".

Para José Reis, é "igualmente perigosa a ideia de transformar as áreas metropolitanas [de Lisboa e Porto] em regiões, a serem eleitas, como se a questão fosse isolá-las em vez de garantir a sua integração funcional nas regiões de que fazem parte e, claro, no país".

O ex-director da FEUC assume-se como defensor de "políticas para o território que sejam mais do que assistencialistas e descentralizadoras".

"As razões de origem europeia para que Portugal não tenha política industrial e que

esta não seja a base de uma recapacitação produtiva qualificada têm de ser contrariadas", adverte o economista.

O ex-governante preconiza a criação de "uma economia do cuidado, que se sobreponha a uma economia do lucro e da especulação".

"É à ideia de que a economia é, deve ser, um sistema de produção, criação de riqueza

justamente distribuída e provisão de bem-estar colectivo que temos de regressar", recomenda.

Segundo o antigo presidente da CCDRC, "o objectivo de produzir bens finais, completos, que incluem fases mais sofisticadas de produção, tem de fazer parte dos instrumentos de política".

"É preciso que uma nova ética política e jurídica de relações laborais venha enquadrar

e, se necessário, 'empurrar' a economia para formas organizacionais que transformem as empresas em lugares de estabilidade, tanto na produção como no papel que se atribui à acção colectiva da força de trabalho", opina, ainda, José Reis.